

Uma análise sociológica da desigualdade de acesso à universidade: o caso do programa INCLUSP.

Rodrigo dos Santos Oliveira¹, Márcia Regina de Lima Silva²

1. Estudante de graduação da Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH - USP *rodrigo2.oliveira@usp.br

2. (Orientadora) Professora do Depto.de Sociologia da Fac. de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, FFLCH - USP, São Paulo/SP.

Palavras Chave: *Educação, Desigualdade, Vestibular.*

Introdução

Quando se fala em “inclusão social”, em geral, fala-se de políticas de acesso aos bens públicos (tal como a universidade pública) e acesso a direitos sociais. Os beneficiários da inclusão, qualquer que seja ela, devem ser os grupos até então marginalizados de tais bens e/ou direitos, obviamente. Nesse sentido, analisar o perfil dos alunos beneficiários do programa de inclusão social da USP, o INCLUSP, é uma tarefa essencial para pensar a efetividade, ou não, do mesmo. Assim, a principal questão aqui proposta é a seguinte: pretendemos descobrir se os grupos “incluídos” são de fato os grupos até então marginalizados do acesso à USP.

Além disso, tentamos verificar também, por meio de entrevistas, em que medida os alunos “incluídos” na USP são de fato incluídos na “comunidade USP”, ou seja, se participam das diversas atividades oferecidas pela universidade, para além das meramente obrigatórias como assistir às aulas.

Em termos de metodologia e escopo de análise, indicamos que a pesquisa abrangeu os anos de 2006 a 2014 e trabalhou com análise documental (basicamente resoluções para o vestibular), e também com dados estatísticos e entrevistas semi-estruturadas. Cumpre ainda ressaltar que esta pesquisa não tem qualquer pretensão de ser representativa em termos estatístico, seja pela dificuldade de acesso aos dados do INCLUSP, seja pela escassez de tempo e recursos aqui empregados.

Resultados e Discussão

O INCLUSP surge em meio ao contexto de expansão do ensino superior no Brasil e ao debate sobre inclusão social nas universidades públicas. Tal expansão, ainda que tenha ocorrido também no sistema público, foi predominantemente privada – as instituições de ensino superior públicas representavam 26,8% do total nesse nível de ensino em 1988 e passaram a apenas 10,5% em 2008 (Cf. LIMA 2012). Ao mesmo tempo, as matrículas de egressos de escola pública na USP caíram numa constante. O INCLUSP é visto pela reitoria da USP, inicialmente, como uma forma de garantir inclusão e manter o critério do suposto “mérito”, pois se trata de uma concessão de bônus na nota do vestibular obtida pelos alunos egressos de escolas públicas, e não é uma política de reserva de vagas (cotas).

Quando da sua implementação o programa fornecia uma espécie de bônus universal para todos os egressos de escolas públicas. Contudo, no decorrer dos anos, vários outros bônus foram adicionados. Os “novos” tipos de bônus passaram a ser vinculados à nota obtida no vestibular, variando positivamente conforme a mesma e chegando a ser nulos para os alunos com notas consideradas baixas. Essa tendência de vincular o bônus à nota se intensificou até o ponto em que nos vestibulares para os anos de 2012 e 2013 a reitoria extinguiu a forma inicial de bônus não vinculado à nota.

Analisando os resultados dessa política, os dados do INCLUSP mostraram uma acentuada sobre-representação dos alunos de escolas públicas “especiais” (Escolas Técnicas, Institutos Federais e Escolas de Aplicação) no total dos ingressantes da USP. Para citar apenas um exemplo, do total de alunos matriculados em escolas públicas no Estado de São Paulo nos anos de 2007 e 2008, apenas 1,8% e 2,3%, respectivamente, estudavam nos tipos “especiais” de escolas acima citados, mas este mesmo grupo representava 36,81% e 36,92% do total de ingressantes na USP que vieram de escolas públicas.

A distinção entre esses dois grupos (egressos de escolas públicas regulares e de escolas públicas “especiais”) também se mostrou efetiva em termos de origem familiar, sendo os estudantes das “escolas especiais” oriundos de famílias cujos pais muitas vezes têm alto nível de escolaridade e renda, e o contrário pode ser dito para os que vieram das escolas públicas regulares. Além disso, no que concerne à fruição da universidade, os ingressantes vindos do grupo de escolas regulares relataram uma relação muito mais distanciada com a universidade e a vida universitária do que o grupo oriundo de escolas especiais.

Conclusões

Estudos como o de Bandeira (2014), sobre a escola pública técnica federal de São Paulo (A federal), e o de Nogueira (2000), sobre a escolarização dos filhos de intelectuais na escola (pública) de Aplicação de UFMG, apontaram para a diversidade de escolas públicas e para o perfil muitas vezes elevado em termos de capital cultural e renda dos alunos dessas escolas públicas “especiais”

Nesse sentido o fato do programa INCLUSP, no período aqui estudado, ter sido direcionado a todo e qualquer aluno de escola pública não parece garantir que se atinjam os alunos realmente excluídos do acesso, tendo em vista que os estudantes de Escolas de Aplicação, Institutos Federais e Técnicos já compõem um grupo com alto índice de aprovação nas universidades. De fato, vinculando o bônus à nota e tratando a escola pública como uma categoria homogênea o programa pode intensificar a exclusão, na medida em que dá vantagem aos alunos que já estão em posição privilegiada dentro da rede pública de ensino.

Agradecimentos

Bolsa de programa PIBIC – RUSP 2014 - 2015

LIMA, M. . In: SOUZA, H; COLLADO, P. Trabalho e Sindicalismo. São Paulo: Hucitec, 2012.

BANDEIRA, N. dela. (2014). Esforçados e “talentosos”. Educação em Revista, Belo Horizonte.

NOGUEIRA, M. A; ROMANELLI, G; ZAGO, N. (Org.) (2000). Família e escola. Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares. Petrópolis/RJ: Vozes.